ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO
CNPJ Nº 07.995.466/0001-13

BALANÇOS PATRIMÔNIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

	Nota	2020	2019
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.766.172	1.643.107
Convênios e Subvenções a Receber	5	5.232.089	4.097.579
Estoques	6	1.816.170	1.232.920
Ativo Fiscal		2.353	2.353
Outros Ativos	7	293.286	75.687
Total do Ativo Circulante		**11.110.070**	**7.051.646**
Imobilizado	8	21.927.175	22.012.344
Total do Ativo não Circulante		**21.927.175**	**22.012.344**
Total do Ativo		**33.037.245**	**29.063.990**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

	Nota	2020	2019
Passivo e Patrimônio liquido			
Fornecedores de Bens e Serviços	9	640.936	829.358
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	1.035.163	1.385.037
Outras Obrigações		91.928	302.628
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	12	1.201.939	2.562.425
Total do Passivo Circulante		**2.969.966**	**5.079.448**
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	12	18.802.574	18.384.899
Total do Passivo Não Circulante		**18.802.574**	**18.384.899**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		2.260.282	2.260.282
Superávit Acumulado		9.004.422	3.339.361
Total do Patrimônio Líquido		**11.264.704**	**5.599.643**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**33.037.244**	**29.063.990**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

	Nota	2020	2019
Receita Operacional Líquida	13	**30.042.153**	**28.307.363**
Custos com Serviços Vendidos	14	(9.855.969)	(11.819.977)
Custos com Produtos Vendidos	15	(4.688.700)	(5.822.523)
Superávit Operacional Bruto		**15.497.484**	**10.664.863**
(Despesas) com Atividades de Saúde			
Despesas Administrativas	16	(9.833.231)	(10.522.934)
Outras receitas e (Despesas) operacionais			
Outras Receitas Operacionais		31.034	167.385
Outras Despesas Operacionais		(41.733)	(1.665)
Superávit Antes do Resultado Financeiro		**5.653.554**	**307.649**
Receita Financeira		15.668	19.542
Despesa Financeira		(4.161)	(8.345)
Resultado Financeiro Líquido	17	**11.507**	**11.197**
Superávit do Exercício		**5.665.061**	**318.846**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

	Nota	2020	2019
Resultado do Exercício		**5.665.061**	**318.846**
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado Abrangente Total		**5.665.061**	**318.846**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.260.282**	**3.020.515**	**5.280.797**
Superávit do Período		318.846	318.846
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.260.282**	**3.339.361**	**5.599.643**
Superávit do Período		5.665.061	5.665.061
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.260.282**	**9.004.422**	**11.264.704**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

	Nota	2020	2019
Atividade Operacional			
Superávit do exercício		**5.665.061**	**318.846**
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Ajustes por:		**(883.487)**	**(639.997)**
Depreciação	8	2.262.267	2.312.600
Custo na Baixa de Ativo Imobilizado	8	41.733	(70.199)
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	12	(3.187.487)	(1.979.394)
Remissão de Contribuições Sociais - PROSUS	11		(903.004)
Superávit Ajustado		**4.781.574**	**(321.151)**
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo		**(1.935.359)**	**(224.639)**
Convênios e Subvenções a Receber		(1.134.511)	(43.407)
Ativo Fiscal Corrente		(217.598)	(1.043)
Outros Ativos		-	60.672
Estoques		(583.250)	(240.861)
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo		**1.495.680**	**1.356.661**
Fornecedores de Bens e Serviços		(188.422)	(217.816)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		(349.874)	352.579
Outras Obrigações		(210.700)	200.871
Subvenções Governamentais Recebidas	12	2.244.676	1.021.027
Fluxo de Caixa Gerado pela Atividade Operacional		**4.341.895**	**810.871**
Atividades de Investimento			
Aquisição do Ativo Imobilizado	8	(2.218.830)	(640.939)
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		**(2.218.830)**	**(640.939)**
Atividades de Financiamento		-	-
Fluxo de Caixa (Consumido) / Gerado pela Atividade de Financiamento		-	-
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**2.123.065**	**169.932**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	1.643.107	1.473.175
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	3.766.172	1.643.107
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**2.123.065**	**169.932**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação – Associação Reabilitar, localizada na Av. Higino Cunha, 1515 - Ilhotas, Teresina - PI, 64014-220 fundada em 13 de março de 2006, como Entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, de interesse coletivo, de caráter assistencial de atenção à saúde, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual n° 12.286/06 e Decreto Municipal n° 14.526/14, não possui finalidade lucrativa e tem como objeto a inclusão social das pessoas com deficiência através de atividades de habilitação, reabilitação e readaptação. É reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei N° 3.777, de 30 de junho de 2008, Estadual pela Lei Ordinária n. º 5.851, de 17 de junho de 2009.

Para consecução dos seus objetivos a Organização mantém Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Piauí, Prestação de Serviços ao SUS, Produção e Comercialização de Órteses e Próteses e recebe Subvenções e Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas.

1.1. Principais Eventos Ocorridos no Exercício

1.1.1. Efeitos decorrentes da COVID-19

A Associação Reabilitar monitora de forma constante os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança dos colaboradores e usuários.

Entre as medidas adotadas pela Associação Reabilitar, destacam-se:

- Criação de um "Comitê de Solução" que tem como função proporcionar troca de experiências, solucionar questões específicas, desenvolver ações e possibilitar o diálogo que ajude a tocar a gestão em um momento tão delicado e dinâmico devido à pandemia da Covid-19;
- Disponibilização de álcool em gel, máscaras e demais EPI's, aumento dos pontos de distribuição de álcool em gel e sabonete líquido em toda a instituição, informativos em locais visíveis, post em mídias sociais e envio de e-mails com orientações sobre a prevenção, cancelamento de eventos externos e internos, afastamento dos colaboradores com mais de 60 anos ou que se enquadram no grupo de risco, entre outros;
- Treinamentos de prevenção e combate à Covid-19 a todos os colaboradores, ministrados pelo Técnico em Segurança do Trabalho:
- Capacitação ministrada pelo Técnico em Segurança do Trabalho a toda equipe de limpeza, com abordagem específica e técnicas de limpeza em ambientes de saúde e fornecimento de material didático;
- Adoção do regime de trabalho home office para determinados colaboradores da área administrativa e da atividade-fim;
- Realização de teleatendimento, com objetivo de dar continuidade aos atendimentos de reabilitação aos usuários, visando à proteção dos envolvidos;
- Adesão a MP 936/2020 (posteriormente foi convertida na Lei 14.020/20), que previa a suspensão de contrato de trabalho e redução da jornada de trabalho e salário;
- Antecipação das férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, conforme previsto pela MP 927/2020;
- Negociação dos pagamentos com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez.

Além dos itens destacados acima, a Associação tem feito e mantido um vasto esforço no monitoramento e comunicação para aumentar ainda mais a interação com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a adequada transparência e fluxo de informações com as mesmas, de forma tempestiva à dinâmica da conjuntura social e econômica.

Muitas medidas adotadas proporcionam uma grande complexidade na emissão e gestão da folha de pagamento, pois requereram rápidas mudanças nos parâmetros automatizados, exigindo um monitoramento mais próximo das provisões relacionadas.

Cabe destacar que apesar dos impactos mencionados, a Associação mantém suas atividades operacionais e continua acompanhando e avaliando os impactos desta pandemia em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos em seus resultados e, com base no exercício de seu melhor julgamento, entende não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas ao Covid-19 em suas operações.

A Entidade conclui que tem total condição de cumprir com suas obrigações operacionais levando em consideração que até a presente data não tivemos impactos significativos na geração de receita considerando todas as informações relevantes disponíveis até a data da emissão dessas demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societárias brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva da Entidade em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2021.

c. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Reais.

e. Uso de Estimativas e Julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

i. Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

ii. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas, quando aplicável.

iii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas:

a) Determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 8);
b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5);
c) Provisão para contingências;

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis são:

a. Instrumentos Financeiros

i. Ativos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Desreconhecimento

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originadas.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos Financeiros Não Derivativos – Mensuração

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem Convênios e Subvenções a Receber e Outros Ativos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerência tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que são prontamente convertidos em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

iii. Passivos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

A Entidade possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores de bens e serviços e Outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Convênios e Subvenções a Receber

i. Convênios

As contas a receber de convênios são avaliadas no momento inicial pelo montante original da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

ii. Subvenções a receber

As contas a receber de subvenções são avaliadas inicialmente pelo valor original a receber quando há o cumprimento de obrigações decorrentes de contrato de gestão, de convênios e outros contratos firmados com órgãos governamentais (nota explicativa nº 5).

Quando julgado necessário pela Administração, é registrado um Ajuste a Valor Recuperável, constituído com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c. Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio histórico de aquisição, que não excede o valor de mercado ou o custo de reposição. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Móveis e Utensílios	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Instalações	10%
Edificações	1%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (Impairment)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não são relevantes e são revisados quando houver indicação de possível desvalorização.

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

f. Demais Ativos Circulante e Não Circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

h. Reconhecimento de Receitas e Custos Operacionais

A Entidade reconhece as suas receitas nas seguintes condições:

- As receitas de subvenção são reconhecidas de acordo com a NBC TG 07 (R1) como receitas diferidas no passivo, sendo reconhecidas como receita no resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

  As subvenções governamentais, inclusive a subvenção não monetária a valor justo é reconhecida pela Entidade quando existe segurança de que:

  a) A Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e
  b) A subvenção será recebida.

  A subvenção para custeio é reconhecida como receita e confrontada com as despesas que pretende compensar, desde que atendidos a norma contábil NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

  Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as contrapartidas da subvenção são em conta específica do passivo.
- As receitas de vendas de serviços são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.
- A Entidade realiza atendimentos a usuários por meio de serviços na área da saúde e de forma complementar, sendo que estes fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS através de contrato com Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.
- A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
  a) A Entidade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
  b) A Entidade não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
  c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
  d) É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Entidade;
  e) Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;
  f) Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	5.430	4.257
Bancos - Conta Movimento		
Banco do Brasil	-	33.237
Subtotal	-	**33.237**
Aplicações Financeiras de Curto Prazo Avaliados a Valor Justo Através do Resultado		
Banco do Brasil	3.760.742	1.605.613
Subtotal	**3.760.742**	**1.605.613**
Total	**3.766.172**	**1.643.107**

As aplicações financeiras são de curto prazo, classificadas a valor justo por meio de resultado e possuem em carteira papéis de bancos de primeira linha com liquidez diária, isto é, prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2020 de aproximadamente 102,76% do DI CETIP (CDI).

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

5. CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES A RECEBER

	2020	2019
Subvenções a receber		
Contrato de Gestão **	3.578.373	1.940.000
Transporte Eletivo (Qualisus) *	806.594	1.001.802
CER III	200.000	200.000
Programa Rede Viver sem Limites	54.000	54.000
	4.638.967	**3.195.802**
Convênios		
SUS	555.021	470.409
Maternidade D. Evangelina Rosa	18.060	19.425
Instituto de Doenças Tropicais	-	13.035
Polícia Militar do Piauí	1.365	7.883
IAPEP	-	1.695
IPMT	-	65
	574.446	**512.512**
Outras Contas a Receber * **	**18.676**	**389.265**
Total	**5.232.089**	**4.097.579**

* O serviço é uma ação do Governo do Estado, através da Sesapi, em parceria com a Associação Piauiense de Municípios (APPM) e com a administração da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação. Tem como objetivo garantir o transporte de ida e volta para realização de consultas, exames eletivos e outros procedimentos em Teresina a pacientes do SUS residentes em municípios do interior do Piauí contemplados pelo projeto.

** Desde 2008 a Entidade possui Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (Sesapi). O Contrato de Gestão define a cada ano as metas de atendimento com o Governo do Estado, sob acompanhamento de uma comissão formada pela Sesapi que avalia os resultados anuais.

*** São contas a receber de cartões de crédito, vendas do bazar e aluguel da lanchonete.

Classificação dos saldos de Convênios e Subvenções a receber por idade de vencimento	Valor R$
A vencer até 30 dias	2.140.513
A vencer entre 31 a 60 dias	1.609
Vencidos até 30 dias	1.733.858
Vencidos entre 31 a 60 dias	1.307.835
Vencidos entre 61 a 120 dias	26.155
Vencidos entre 121 a 180 dias	67
Vencidos a mais de 181 dias	22.052
Total	**5.232.088**

A Entidade avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber nas datas de 31 de dezembro de 2020 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações contábeis.

6. ESTOQUES

	2020	2019
Insumos	467.403	442.567
Mercadorias para Revenda (OPME)	1.132.760	590.915
Uso e Consumo	104.617	101.241
Medicamentos	39.239	33.060
Bens Patrimoniais em Estoque	-	16.694
Materiais de Manut. Gerais	23.629	15.019
Materiais da Clínica	33.538	14.652
Estoque de Terceiros	-	10.264
Material Médico	14.571	7.477
Gênero Alimentício	413	1.031
Total	**1.816.170**	**1.232.920**

7. OUTROS ATIVOS

	2020	2019
Adiantamento a Fornecedores	249.430	43.410
Seguros a apropriar	43.855	32.277
Total	**293.285**	**75.687**

8. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Edificações	18.851.879	-	-	-	18.851.879
Moveis, Equipamentos e Máquinas para Exames	6.888.767	1.489.607	(110.832)	(5.613)	8.261.929
Veículos	7.201.275	154.677	-	(203)	7.355.749
Utensílios e Instalações Hospitalares	2.795	-	-	-	2.795
Equipamento de Informática	1.112.487	371.827	(75.363)	5.816	1.414.768
Obras em Andamento	12.566	-	-	-	12.566
Obras de Arte	77.550	-	-	-	77.550
Bens Patrimoniais	-	202.719		-	202.719
Total do Custo	**34.147.319**	**2.218.830**	**(186.195)**	**-**	**36.179.954**

	Saldo em 31/12/2019	Depreciação do exercício	Baixas e ajustes do exercício	Transferências	Saldo em 31/12/2020
(-) Edificações	567.854	188.690	-	-	756.544
(-) Moveis, Equipamentos e Máquinas para Exames	5.529.905	538.262	(69.457)	974	5.997.736

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO
CNPJ Nº 07.995.466/0001-13

BALANÇOS PATRIMÔNIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(-) Veículos	5.251.840	1.391.089	-	78	6.642.851
(-) Utensílios e Instalações Hospitalares	1.094	279	-	-	1.373
(-) Equipamentos de Informática	784.282	143.947	(75.006)	(1.052)	854.274
Total da Depreciação	**12.134.975**	**2.262.267**	**(144.463)**	**-**	**14.252.779**
Imobilizado líquido	**22.012.344**				**21.927.175**

9. FORNECEDORES

	2020	2019
Prod. Lab-Ronaldo a da Silva-Me	5.958	-
Audibel imp. e exp. Ltda	4.620	15.400
Atomed Produtos Medico (Oticon)	17.150	16.722
Ortomix - Ortopedia Brasil Ltda	115.810	84.072
Ethnos Ind. e Com. de Prod. Ortop.	74.753	42.085
Fibertex Louveira Prod. Texteis	7.430	-
J Nerval De Sousa Me	4.860	-
Associacao Assist. a Criança Def. -	14.080	3.683
Polior Ind. e com. De Produtos	21.324	1.436
Ottobock do Brasil Técnica	9.557	7.263
Natural Step Ind. Calçados Ortop.	6.965	68.522
Guerbet Produtos Radiologicos	11.063	11.550
Infocompany Informatica &	50.578	-
Medseg Distribuidora de	6.817	1.924
Dellamed Comercio de Artigos	12.568	5.417
Gn Resound Produtos Médicos	4.620	68.740
Raimundo J. da Costa - Phd Piscinas	5.801	-
Centromed Distribuidora De	4.680	-
General Motors do Brasil Ltda	7.756	42.569
Sodine Sociedade Distribuidora do	4.370	-
Sivantos Soluções Auditivas Ltda	4.620	42.350
JS Distribuidora de Peças S.A.	16.642	7.900
Hit Care Nordeste Importação,	6.300	-
Costa e Brito Comunicação Ltda.	5.582	-
Fortes Informática Ltda.	4.493	4.140
Ticket Serviços	22.979	-
Ferreira e Castro Serviços	10.248	-
Saecularis Auditores	105.549	105.549
Aliança do Brasil Seguros S/A.	5.829	-
L. Antônio Barros de Sousa - Eng &	6.000	-
Outros Fornecedores	61.934	300.036
Total	**640.936**	**829.358**

A Entidade avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de Fornecedores de Bens e Serviços nas datas de 31 de dezembro de 2020 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações contábeis.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2020	2019
Provisão de Férias	754.359	757.253
Demais Obrigações	6.119	307.860
FGTS a recolher	146.643	187.994
INSS a recolher	59.667	70.589
IRRF a recolher	68.375	61.341
Total	**1.035.163**	**1.385.037**

11. PROSUS

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: Moratória das dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de janeiro de 2014, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), concedida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) meses, ficando suspensa a exigibilidade dos débitos por ela abrangidos. O montante recolhido anualmente a título de tributos correntes implicará na remissão, no mesmo valor, das dívidas incluídas na moratória.

Em 2020 a entidade não possuía mais saldo a apropriar contabilmente no âmbito do PROSUS, estando no aguardo do parecer em definitivo da RFB dos saldos tributários.

A Entidade já obteve a confirmação da 1° remissão dos débitos incluídos na moratória do PROSUS relativo ao período 01/01/2015 a 31/12/2015, através do despacho decisório de 16 de janeiro de 2017. A 2° remissão relativo ao período 01/01/2016 a 31/12/2016, foi obtida no despacho decisório de 09 de outubro de 2019. Inclusos no processo n° 10384.724067/2014.

Os débitos abaixo na coluna "Saldo Aguardando Despacho Decisório RFB" estão aguardando o despacho decisório da Receita Federal:

Ano	Tributos Correntes Pagos	Valor Remido em Despacho Decisório RFB	Saldo Aguardando Despacho Decisório RFB
2015	1.133.847	1.105.399	28.448
2016	1.098.228	1.055.494	42.734
2017	1.409.941	-	1.409.941
2018	1.335.005	-	1.335.005
2019	903.003	-	903.003
Total	**5.880.024**	**2.160.893**	**3.719.131**

12. RECEITAS DIFERIDAS DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

As receitas diferidas são oriundas de subvenções governamentais contratadas com o governo federal para aquisições de bens do ativo imobilizado.

	2020	2019
Contrato de Gestão do Prédio	15.956.900	16.123.415
Qualisus	285.696	1.430.274
Mercadorias Doadas pela RF	1.031.652	1.082.681
Receitas Diferidas de Subvenções Gov.	371.666	631.666
Emenda Rejane Dias – 2019	-	550.000
Mercadorias Doadas pela RF	205.262	471.027
Projeto Passo a Frente	61.033	244.133
Bens SESAPI	142.400	149.164
Emenda Rejane Dias - 98/14	48.312	103.924
Emenda Ismar Marques - 102/14	77.343	99.179
Carreta Doada pela Receita Federal	41.240	61.861
Convênio Nº 878446.2018	1.313.474	-
Convênio Nº 877912.2018	339.535	-
Elevador CEIR 2020	130.000	-
Total	**20.004.513**	**20.947.324**
Curto prazo	1.201.939	2.562.425
Longo prazo	18.802.574	18.384.899

Movimentação do saldo de Receitas Diferidas de Subvenções:

	Saldo de Receitas Diferidas em 31/12/2019	Receitas Reconhecidas no período	Recebimentos de recursos de subvenção para custeio	Saldo de Receitas Diferidas em 31/12/2020
Contrato de Gestão do Prédio (Higino Cunha) (1)	16.123.415	(166.516)	-	15.956.899
Qualisus (2)	1.430.274	(1.144.578)	-	285.696
Mercadorias Doadas - Receita Federal (3)	1.082.681	(51.029)	-	1.031.652
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais (4)	631.666	(260.000)	-	371.666
Projeto Passo a Frente (5)	244.133	(183.100)	-	61.033
Carreta doada - Receita Federal	61.861	(20.620)	-	41.241
Bens SESAPI	149.164	(6.764)	-	142.400
Emenda Parlamentar - Rejane Dias - 98/14	103.924	(55.612)	-	48.312
Emenda Parlamentar - Ismar Marques - 102/14	99.179	(21.837)	-	77.342
Mercadorias Doadas - Receita Federal	471.027	(265.765)	-	205.262
Emenda Rejane Dias 2019	550.000	(550.000)	-	-
Emenda Elmano Ferrer	-	(399.886)	339.886	-
Convênio Nº 878446.2018 (6)	-	(55.897)	1.369.371	1.313.474
Convênio Nº 877912.2018 (6)	-	(5.884)	345.419	339.535
Elevador CEIR 2020	-	-	130.000	130.000
	20.947.324	**(3.187.487)**	**2.244.676**	**20.004.513**

(1). Referente à contabilização do prédio localizado na Av. Higino Cunha, cedido pelo Governo do Estado do Piauí através do contrato de Gestão n° 248/2013;

(2). Refere-se aos ônibus recebidos pela Entidade no âmbito do contrato para prestação dos serviços, através de termo de cessão de uso de bens moveis, com base no convenio 094/2015, celebrado entre o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e a Associação Piauiense de Municípios (APPM);

(3). Referente ao recurso da venda de mercadorias no bazar e incorporação de equipamentos de informática ao patrimônio da Entidade, oriundos das mercadorias doadas pela Receita Federal, conforme ADM/SRRF03/RF n° 06 de abril de 2017, processo nº 10384.721327/2017-61. Este recurso será aplicado em projetos de ampliação e melhoria nos atendimentos da Entidade, através de construção de uma academia, aquisição de elevadores e troca de outros equipamentos;

(4). Refere-se a equipamento alocado no centro de diagnóstico. Custo do bem foi de 2.600.000,00 adquirido em 2012. Vida útil de 10 anos;

(5). Refere-se a veículo recebido no âmbito do Projeto Passo a Frente, para entrega de cadeiras de rodas no interior do Estado do Piauí;

(6). Refere-se a aquisição de equipamento e material permanente visando o fortalecimento do SUS, através de Convênio firmado com o Ministério da Saúde.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Receita Operacional Bruta		
Contrato de Gestão *	11.876.373	9.312.000
SUS	6.069.802	6.449.342
Transporte Eletivo (Qualisus) **	4.746.371	4.720.654
CER III ***	2.400.000	2.400.000
Subvenção Governamental **** **(nota 12)**	3.187.488	2.208.018
Oficina Itinerante - Proj. Passo a Frente	752.078	1.208.858
Prosus **(nota 11)**	-	903.004
Programa Rede Viver Sem Limites	648.000	648.000
Produção da Oficina	226.486	229.161
Trabalho Voluntário	66.053	79.469
Doações	64.194	41.500
Maternidade Evangelina Rosa	39.900	119.753
Centro de Diagnóstico	13.554	30.435
Hosp. Polícia Militar	2.462	16.230
IAPEP	-	420
Subtotal	**30.092.761**	**28.366.844**
Deduções da Receita		
Vendas Canceladas, Deduções e Desc.	(48.670)	(46.117)
Serv. Cancelados, Devoluções e Desc.	(1.938)	(13.364)
Subtotal	**(50.608)**	**(59.481)**
Receita Operacional Líquida	**30.042.153**	**28.307.363**

Subvenções Governamentais

* Refere-se a repasse mensal em decorrência do Contrato de Gestão nº 248/2013 firmado entre a Associação Reabilitar e a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí com a obrigação da Associação Reabilitar de realizar o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde, mediante recebimento de valor mensal de R$ 922.000,00 para auxílio financeiro nos custos e despesas no âmbito dos atendimentos. A vigência do contrato tem prazo final até 29 de agosto de 2024.

** Refere-se a repasse mensal em decorrência do contrato 094/2015 repassados pelo o Estado do Piauí equivalente a 60% e 40% pelos municípios que financiam o transporte de pacientes eletivos no SUS para Teresina-PI. Este serviço é realizado através de contrato celebrado entre o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e a Associação Piauiense de Municípios (APPM). É um serviço feito através de ônibus que fica sob a responsabilidade da Entidade. A receita média é de cerca de R$ 400.000,00 mensais, podendo ser interrompida a qualquer momento pelos contratantes.

*** O CER III refere-se a recebimento de recursos de incentivos financeiros de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, no valor mensal de R$ 200.000,00. O repasse do incentivo é condicionado a utilização de prontuário único para cada paciente; condução da atenção aos usuários conforme diretrizes estabelecidas por instrutivos; estrutura física e funcional e de equipe multiprofissional devidamente qualificada capacitada para a prestação de assistência especializada para pessoas com deficiência, constituindo-se como referência em habilitação/reabilitação, conforme requisitos definidos pelo Ministério da Saúde.

**** Refere-se ao reflexo no resultado da receita de subvenções relativas a ativos imobilizados. A receita é reconhecida de modo racional em conformidade com a vida útil dos ativos. Conforme NBC-TG 06 Subvenções Governamentais. Na nota explicativa nº 12 apresentamos a movimentação nas Receitas Diferidas de Subvenção Governamentais.

14. CUSTOS COM SERVIÇOS

	2020	2019
Atividades de Habilitação, Reab. e Readaptação	4.217.544	5.143.816
Transporte Eletivo (Qualisus)	1.882.114	2.782.606
Centro de Diagnóstico	2.028.974	2.547.625
Reabilitação pós-covid	227.521	-
Depreciação	1.499.816	1.345.930
Total	**9.855.969**	**11.819.977**

15. CUSTOS COM PRODUTOS

	2020	2019
Custo c/ Mercadorias	2.827.687	2.957.595
Oficina Ortopédica	1.451.547	2.560.913
Depreciação	194.000	187.127
Oficina Ortopédica Itinerante	215.467	116.888
Total	**4.688.701**	**5.822.523**

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Salários	2.819.061	2.969.641
Depreciação	568.451	779.543
Software	324.587	757.584
Serviços Prestados PJ	586.199	725.266
Vigilância, Segurança e Agente de Portaria	499.316	499.461
Material de Uso e Consumo	319.802	400.826
Férias	333.876	375.462
Energia	315.680	367.361
Vale Transporte	234.485	341.010
Manutenção	566.438	312.811
Alimentação do Trabalhador	219.736	300.521
Combustível	182.514	287.586
Encargos Sociais – FGTS	260.977	287.180
Décimo Terceiro Salário	240.340	255.843
Plano de Saúde	194.351	210.078
Indenizações Trabalhistas	190.715	207.430
Diárias, Viagens e Ajuda de Custos	21.659	146.642
Locação de equipamentos	69.036	132.215
Seguros	130.658	129.651
Água	123.762	119.163
Aluguéis	85.237	98.692
Despesas com Trabalho Voluntário	66.053	79.469
Material de Limpeza	54.431	78.673
Despesas Bancárias	53.039	56.292
Serviços Gráficos	13.842	55.437
Perda em contas a receber	948.603	-
Outras despesas administrativas	410.383	549.099
Total	**9.833.231**	**10.522.934**

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2020	2019
Rendimentos Aplicações Financeiras	15.668	19.542
Subtotal	**15.668**	**19.542**
IOF s/ Rendimentos de Aplicação	(1.401)	(5.129)
IRRF s/ Rendimentos de Aplicação	(2.760)	(3.216)
Subtotal	**(4.161)**	**(8.345)**
Total	**11.507**	**11.197**

18. IMUNIDADE

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação teve seu pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, deferido em 13 de agosto de 2014, passando a usufruir das imunidades abrangidas pelo CEBAS – Saúde a partir desta data.

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios de 2020 e 2019 seguem abaixo:

	2020	2019
Contribuição Patronal de INSS	1.580.865	2.057.005
Alíquota RAT x FAP	262.424	341.463
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	213.417	277.695
Total	**2.056.706**	**2.676.163**

19. TRABALHO VOLUNTÁRIO

2019			
Base para a mensuração das receitas e custos vinculados com trabalhos voluntários 2019	**Reuniões /Participações**	**Participantes**	**Total de Horas**
Conselho de Administração	4	6	33
Conselho Fiscal	4	4	27
Diretoria	4	4	27
Amigos do CEIR	900	55	5.100
Total	**912**		**5.187**

2020			
Base para a mensuração das receitas e custos vinculados com trabalhos voluntários 2019	**Reuniões /Participações**	**Participantes**	**Total de Horas**
Conselho de Administração	4	9	27
Conselho Fiscal	4	8	24
Diretoria	4	13	39
Amigos do CEIR	944	38	4.720
Total	**956**		**4.810**

O Trabalho Voluntário está dividido em Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria e Amigos do CEIR os valores aos quais seriam repassados aos colaboradores voluntários da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação, foi calculado com base no salário de mercado e no salário-mínimo vigente.

	2020	2019
Conselho de Administração	15.000	18.333
Conselho Fiscal	13.333	15.000
Diretoria	33.000	23.000
Amigos do CEIR	4.720	23.136
Total	**66.053**	**79.469**

20. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SUS

A Entidade apresenta indicadores que firmam o cumprimento das metas estabelecidas, cujo resultado operacional é o comprometimento do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), mas a remuneração individual recebida torna-se insuficiente devido ao alto custo operacional dos serviços prestados, gerando déficits que são compensados com outras receitas provindas de outros convênios, doações e subvenções governamentais.

A Entidade da área de Saúde faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme a Lei 12.101/2009, do Decreto n° 8.242/2014 e as instruções da Portaria n° 111/2018 do Ministério da Saúde, que dispõe o processo de Certificação das Entidades Beneficente de Assistência Social na área de Saúde (CEBAS-SAÚDE), ofertando a prestação dos seus serviços ao SUS, apresentando o seu percentual de 92,97%.

Entretanto obrigatoriamente, informará ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida, a sua totalidade dos atendimentos realizados por pacientes usuários do SUS, como também, a sua totalidade dos atendimentos realizados para pacientes não usuários do SUS, atendendo durante o exercício o percentual de atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde, sendo superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

CEBAS- Saúde					
PRODUÇÃO PRÓPRIA - PACIENTES-DIA SUS E NÃO SUS - SISTEMA SIH/CIHA					
Mês	**Atendimento SUS**	**Atendimento Ñ SUS**	**Total no Mês**	**% SUS Mês**	**% SUS Acumulado**
Janeiro	7.497	367	7.864	95,33%	95,33%
Fevereiro	6.224	157	6.381	97,54%	96,32%
Março	3.482	113	3.595	96,86%	96,43%
Abril	630	-	630	100,00%	96,55%
Maio	548	13	561	97,68%	96,58%
Junho	361	36	397	90,93%	96,47%
Julho	525	187	712	73,74%	95,67%
Agosto	753	279	1.032	72,97%	94,56%
Setembro	881	256	1.137	77,48%	93,69%
Outubro	2.706	272	2.978	90,87%	93,36%
Novembro	2.942	255	3.197	92,02%	93,21%
Dezembro	2.781	282	3.063	90,79%	92,97%
Subtotal	29.330	2.217	31.547		92,97%

21 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração inclui superintendentes, gerentes, supervisores e contador. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por seus serviços esta apresentada a seguir:

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo		
Total	**998.894**	**874.255**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Entidade estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, clientes, convênios e subvenções governamentais a receber, outros ativos, fornecedores de bens e serviços, outras obrigações, PROSUS. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Clientes, convênios e subvenções governamentais a receber e outros ativos: são reconhecidos pelo justo.
- Outros Ativos: São reconhecidos pelo valor justo.
- Fornecedores de bens e serviços: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições;
- PROSUS e outras obrigações: são reconhecidos pelo valor justo.

	2020		2019		
	Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Classificação
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixas	Nível 1	3.766.172	3.766.172	1.643.107	1.643.107	Valor justo
Convênios e Subvenções a receber		5.232.089	5.232.089	4.097.579	4.097.579	Custo amortizado
Outro Ativos		293.285	293.285	75.687	75.687	Custo amortizado
		9.291.546	**9.291.546**	**5.816.373**	**5.816.373**	
Passivo						
Fornecedores de bens e serviços		640.936	640.936	829.358	829.358	Custo amortizado
Outras Obrigações		91.928	91.928	302.627	302.627	Custo amortizado
		732.864	**732.864**	**1.131.985**	**1.131.985**	

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os ativos financeiros não derivativos são apresentados como recebíveis.
- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos

A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Sérgio Hermano de Sá Moraes	Walter de Sousa Oliveira	Francisco José Alencar	Benjamim Pessoa Vale
Contador	Superintendente Adm./Financeiro	Superintendente Executivo	Presidente
Associação Reabilitar	Associação Reabilitar	Associação Reabilitar	Associação Reabilitar
CRC-PI 010397/O-1	C.R.A. 0364-PI	CRM Nº 2565/PI	CRM Nº 1916/PI

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes
Alameda Santos, 2.326 – 7º andar
Jardim Paulista – São Paulo – SP
CEP: 01418-200
Tel.: + 55 11 3070-1000

CE 170/2021

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração da
ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO** (Entidade) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude o erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 08 de março de 2021.

PKF Brazil

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC Nº 2SP025652/O-0

Jorge Ivan Teles de Sousa
BA-012430/O-2 T PI

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR**, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, do resultado abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do fluxo de caixa, complementados pelas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, elaboradas pelo Contador Sr. Sergio Hermano de Sá Moraes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e louvando-se no Relatório da empresa **PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES** sobre as demonstrações contábeis, datado de 08 de março de 2021, é de opinião que os referidos documentos atendem às disposições estatutárias e legais, merecendo nossa aprovação.

Teresina-PI, 11 de Março de 2021.

Conselho Fiscal:
Carlos Alberto Linhares de Araújo
Jorge Maurício Cury Nunes
Maria das Graças Cavalcante Nogueira